



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**ATA**

**122ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**CNPS**

28 de junho de 2006  
Brasília - DF

1 **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS**  
2 **ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
3 **CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS**  
4

5 **DATA:** 28 de junho de 2006.

6 **LOCAL:** Sala de Reuniões do 9º Andar do MPS  
7

8 **I – PRESENCAS**  
9

10 **Representação do Governo**

11 MPS – Nelson Machado

12 MPS – Helmut Schwarzer

13 MPS – Leonardo André Paixão

14 INSS – Benedito Adalberto Brunca

15 MF – Manoel Joaquim de Carvalho Filho

16 MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

17 MP – Guilherme Costa Delgado  
18

19 **Representação dos aposentados e pensionistas**

20 SINDAP – Luiz Antonio Adriano da Silva

21 SINTAP – Eptácio Luiz Epaminondas

22 COBAP – Josepha Theotônia de Britto

23 COBAP – Luiz Adalberto da Silva  
24

25 **Representação dos trabalhadores em atividade**

26 CUT – Lúcia Regina dos Santos Reis

27 FORÇA SINDICAL – Ricardo Patah  
28

29 **Representação dos empregadores**

30 CNC – Aurélio Marcio Nogueira

31 CNF – Jorge Higashino

32 CNI – José Idemar Ribeiro

33 CNT – Daniele Strohmeier Gomes  
34

35 **Convidados:**

36 MPS/Dataprev – Rodrigo Novais Coutinho

37 MPS/Dataprev – Claudia Irene Jack

38 MPS/Dataprev – Nelson Tsutomu

39 MPS/INSS – Leonardo José Schettino Peixoto

40 MPS/ACS – Alessandra Pires

41 SOF – Daniel Veloso Couri  
42

43 **Ausências:**

44 MPS – Carlos Eduardo Gabas

45 MPS – João Donadon

46 MPS – Valdir Moysés Simão

47 SRP – Adélia Martins da Matta

48 MF – Paula Bicudo de Castro Magalhães

49 COBAP - Josias Oliveira Melo

50 CGT – Carlos Alberto dos Reis

51 SDS – Wagner José de Souza

52 CONTAG – Evandro José Morello

53 CONTAG – Alessandra da Costa Lunas

54 CNM – Paulo Roberto Ziulkoski

55 CNA – Rodolfo Tavares  
56

56 **II – ABERTURA**

57 Presidindo a Mesa, o Exmº Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Nelson  
58 Machado, abriu a reunião e, depois de cumprimentar os Srs. Conselheiros, comunicou  
59 a substituição do Representante da Secretaria de Previdência Complementar, Sr.  
60 Adacir Reis, que deixou o Ministério da Previdência Social, pelo Sr. Leonardo André  
61 Paixão. Informou que não faria a avaliação sobre o Censo da Previdência Social na  
62 reunião de hoje, porque não dispunha de novos dados, devido à greve dos  
63 funcionários da Dataprev. Conforme as notícias que recebera, o recenseamento  
64 ocorria normalmente e o sistema bancário não enfrentava problemas. Findos os seus  
65 informes, pediu licença para se retirar, passando a presidência dos trabalhos para o  
66 Sr. Helmut Schwarzer, Secretário de Previdência Social.

67

68

69 **III – EXPEDIENTE**

70

71 O Sr. Presidente submeteu à votação da Ata da 121ª Reunião Ordinária, que foi  
72 aprovada por unanimidade. Durante a votação, a Srª Josepha Theotônia manifestou a  
73 sua insatisfação com a elaboração da pauta das reuniões do Conselho, uma vez que,  
74 segundo a Conselheira, tal processo não contaria com a participação dos  
75 Conselheiros do CNPS, citando como exemplo a sugestão da Srª Lúcia Regina Reis,  
76 na última reunião, em relação ao orçamento. O Sr. Presidente esclareceu que, após  
77 consulta à área orçamentária do Ministério, obteve a informação de que o  
78 detalhamento do orçamento para a Previdência Social seria feito ao longo do mês de  
79 julho, portanto, neste momento, não haveria o que apresentar. Ressalvou, no entanto,  
80 que no final do mês de julho tal apresentação poderia ocorrer, incorporando eventuais  
81 sugestões do Conselho às tramitações que se realizariam ao longo do mês de agosto.  
82 O Conselheiro Rodrigo Antunes informou que seria divulgado o limite orçamentário  
83 para cada Ministério no decorrer do mês de julho e que o orçamento seria enviado ao  
84 Congresso até o dia 31 de agosto. O Conselheiro Benedito Brunca acrescentou que  
85 hoje, às 14 horas, o INSS promoverá discussões internas para elaborar a sua proposta  
86 e submetê-la à SPOA - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do  
87 Ministério da Previdência Social, a qual será concluída nos próximos dez dias, quando  
88 poderá ser confrontada com os limites que serão publicados e apresentada a este  
89 Conselho.

90

91

92 **IV – INFORMES**

93

94 O Sr. Presidente informou que, no final do mês de maio, foi editada instrução  
95 normativa referente à fixação do teto para as taxas de juros aplicadas ao crédito  
96 consignado, mas as outras decisões do CNPS relativas a este assunto não foram  
97 ainda especificadas em instrução normativa, porque a Procuradoria da Previdência  
98 Social estava em greve, portanto houve um atraso na análise jurídica que precederia  
99 essa publicação. Acrescentou que na próxima sexta-feira serão instalados os  
100 Conselhos de Previdência Social de Caruaru e Garanhuns e, segunda-feira, o  
101 Conselho de Vitória da Conquista. Assim, todos os Conselhos de Previdência Social  
102 da Região Nordeste serão instalados, com exceção de Imperatriz, no Estado do  
103 Maranhão. E ainda faltaria instalar os Conselhos de Volta Redonda, Teófilo Otoni,  
104 Pelotas e Uruguaiana. O Conselheiro Eptácio Luiz Epaminondas apresentou  
105 documento, que protocolou pessoalmente nesta reunião do CNPS, no qual o  
106 Presidente do Conselho de Previdência Social de Juazeiro informava o indeferimento  
107 da indicação do SINTAP para a sua representação naquele Conselho, uma vez que tal  
108 representante pertencia ao regime próprio de Previdência, e solicitava a escolha de  
109 outro nome. Indagou o Sr. Conselheiro se haveria alguma norma que regulamentasse

110 tais indicações. O Sr. Presidente esclareceu que em diversas localidades foram  
111 indicados representantes dos regimes de previdência dos servidores públicos, mas  
112 tais regimes não seriam objeto de discussão nem por parte do CNPS nem dos  
113 Conselhos de Previdência Social, que funcionariam como canal de comunicação entre  
114 o INSS, órgão responsável pela gestão do Regime Geral de Previdência Social, e a  
115 sociedade. Daí a recomendação de que os representantes dos Conselhos de  
116 Previdência Social que fizessem parte da base de trabalhadores vinculada ao Regime  
117 Geral fossem preferencialmente titulares. E comunicou aos Conselheiros que,  
118 segundo informação do Sr. Rodrigo Coutinho, a greve dos funcionários da Dataprev  
119 teria se encerrado no dia de hoje. A Conselheira Josepha Theotônia informou que,  
120 segundo a imprensa, o Ministério da Previdência Social promoveria uma avaliação das  
121 aposentadorias por invalidez, devido à contratação de novos médicos peritos, para  
122 saber quais beneficiários se encontravam em condições de retornar ao trabalho,  
123 porém não teria confirmado tal notícia no próprio Ministério. Manifestou a sua  
124 estranheza, uma vez que assuntos relacionados a este causavam um certo conflito,  
125 como a criação do *call center*, que considerou muito importante para prestar melhor  
126 atendimento ao público, mas também permitiria que mais pessoas fizessem  
127 requerimentos, gerando a dificuldade de contemplar todas elas, além da constatação  
128 de um grande número de benefícios represados. Daí a dificuldade em atribuir mais  
129 importância à solução dos requerimentos represados ou ao cancelamento das  
130 aposentadorias já concedidas. Ademais, a imprensa ressaltava a informação do  
131 Ministério de que tais revisões deveriam ocorrer a cada dois anos, mas não eram  
132 feitas a quatorze anos. Indagou também a Sr<sup>a</sup> Josepha Theotônia se seria verdadeira  
133 a notícia de que o INSS promoveria uma análise das aposentarias que ultrapassavam  
134 o valor de R\$24 mil, visando uma grande economia para o sistema, e manifestou a  
135 sua curiosidade em saber quem eram as pessoas que recebiam tais aposentadorias.  
136 O Conselheiro Benedito Brunca revelou que também ficara surpreso ao receber a  
137 informação a respeito da revisão das aposentadorias, porque o Ministério da  
138 Previdência Social não teria providenciado a divulgação oficial deste assunto.  
139 Esclareceu que seria verdadeira a notícia de que há quatorze anos o INSS não fazia a  
140 revisão das aposentadorias por invalidez, tanto as previdenciárias quanto as  
141 acidentárias, porque, até então, dependia de médicos credenciados para suprir as  
142 demandas urgentes do dia-a-dia. Por isso, no planejamento do concurso público para  
143 a contratação de médicos peritos, fora prevista a criação de três mil vagas em todo o  
144 País, para viabilizar o funcionamento da perícia médica do INSS em termos de  
145 atendimento cotidiano dos novos requerimentos e para estabelecer uma rotina de  
146 revisão, que deverá se tornar um procedimento permanente, para atender à previsão  
147 legal. Tal assunto seria objeto de estudos por parte da Diretoria de Benefícios do  
148 INSS, mas ainda não havia um processo concluído, uma vez que somente em  
149 algumas agências que equilibraram a sua agenda de perícias médicas estudos  
150 estariam em curso para iniciar esse trabalho e cumprir a lei. Informou que, no último  
151 dia 12, foram nomeados 1.173 médicos peritos aprovados no último concurso  
152 realizado pela Previdência Social, mas eles ainda passariam pelo processo de  
153 admissão e posse, que se estenderá até o final do mês de julho. Com esse quadro, o  
154 INSS teria condições de retomar o processo revisional, mas sem deixar de atender  
155 aos casos que aguardavam perícia médica há algum tempo. Quanto ao pagamento de  
156 valores superiores a título de benefícios, o INSS baixou uma instrução normativa para  
157 regulá-los, adotando como base o teto salarial fixado para o cargo de Ministro do  
158 Supremo Tribunal Federal. Segundo o Conselheiro, trata-se de benefícios previstos  
159 em legislação especial, mas não vinculados ao regime geral. O INSS apenas operaria  
160 o pagamentos de tais benefícios que seriam provenientes de encargos previdenciários  
161 da União, como no caso das vítimas da Talidomida, da hemodiálise de Caruaru e do  
162 Césio 127, além de pensões de ex-combatentes, para citar alguns exemplos. E faltaria  
163 rever cerca de vinte benefícios que alcançariam aquele teto, por força de manifestação  
164 da Procuradoria nesse sentido. Tais listas não poderiam ser divulgadas, para evitar a

165 exposição da pessoa física do segurado à mídia. Na maioria dos casos, os  
166 pagamentos foram mantidos ou definidos por força de decisão judicial. Acrescentou o  
167 Sr. Conselheiro que, se o Presidente do CNPS considerasse cabível, poderia  
168 apresentar essa lista para os Conselheiros na próxima reunião. O Sr. Presidente  
169 enfatizou que não poderia constar dessa lista a identificação dos segurados. O Sr.  
170 Epitácio Luiz Epaminondas informou que o Conselho de Previdência Social de São  
171 Paulo não se reunira mais desde a saída do Sr. Carlos Eduardo Gabas, quando houve  
172 a mudança de superintendência para gerência executiva e regional. Perguntou se  
173 havia algum problema naquele órgão e qual seria a orientação. O Sr. Presidente  
174 esclareceu que, com a mudança da estrutura do INSS, em agosto do ano passado,  
175 quando se extinguíram as superintendências, criando-se no seu lugar as gerências  
176 regionais com distribuição geográfica distinta da anterior, e a publicação do decreto  
177 que regulamentou a estrutura e o funcionamento dos Conselhos de Previdência Social  
178 com a diferença de alguns meses em relação a essa mudança, apesar da orientação  
179 da Secretaria do Conselho Nacional de Previdência Social no sentido de que o gerente  
180 executivo de uma das gerências, de São Paulo ou do Rio de Janeiro, assumisse a  
181 coordenação dos trabalhos, houve algum receio em adotar essa providência. Mas,  
182 com a vinda da Sr<sup>a</sup> Teresa Ouro, seriam resolvidos os problemas de funcionamento de  
183 diversos Conselhos. O Sr. Epitácio Luiz Epaminondas citou ainda as reclamações que  
184 teria ouvido no Rio de Janeiro, principalmente em São Gonçalo e Niterói, sobre a  
185 transferência da gerência daquele Estado para Minas Gerais, solicitando  
186 esclarecimentos. O Sr. Presidente informou que houve um desconforto porque a  
187 Gerência Regional foi sediada em Belo Horizonte, e não no Rio de Janeiro. E o  
188 mesmo se verificou no Rio Grande do Sul, porque a Gerência Regional se localizou  
189 em Florianópolis, e não em Porto Alegre, assim como no Nordeste, onde a Gerência  
190 Regional se sediou em Recife. A seu ver, tratava-se de uma disputa regional pela  
191 localização das instituições federais. A Conselheira Lúcia Regina Reis solicitou ao Sr.  
192 Presidente novas explicações sobre a questão relativa à preferência de nomeação de  
193 conselheiros que não pertencessem ao setor público, mencionada pelo Sr. Epitácio  
194 Luiz Epaminondas. O Sr. Presidente teceu considerações a respeito da distribuição  
195 dos assentos dos Conselhos de Previdência Social junto às Gerências Executivas  
196 entre empregadores e trabalhadores, explicando que tais nomeações deveriam seguir  
197 critérios numéricos e qualitativos para contemplar a maior representatividade de cada  
198 um. Portanto não se tratava de excluir determinados segmentos da participação no  
199 Conselho. Citou como exemplo o critério de apresentação de certidão negativa de  
200 débito junto à Previdência Social, que se tornara empecilho para o funcionamento do  
201 Conselho de Previdência Social da cidade de Imperatriz, uma vez que nenhuma  
202 instituição representativa de empregadores e de trabalhadores daquele Município a  
203 possuía. Com relação à representação dos trabalhadores por intermédio de alguém  
204 que tradicionalmente representasse a categoria dos servidores públicos, explicou que  
205 tal questão surgira pela primeira vez no Conselho de Previdência Social de Recife,  
206 onde uma associação de aposentados do serviço público do Estado de Pernambuco  
207 se candidatou a um assento. Como houve um número maior de candidatos do que de  
208 vagas, foi solicitada a orientação da Secretaria do CNPS, que recomendou que se  
209 desse preferência aos candidatos com vinculação efetiva ao Regime Geral da  
210 Previdência Social, uma vez que o objetivo dos Conselhos de Previdência Social seria  
211 discutir o relacionamento entre o INSS e a sociedade, que envolveria o regime geral, e  
212 não o regime próprio, acrescentando que não pretendia, com esse posicionamento,  
213 desqualificar a possibilidade de tais representantes contribuírem de forma importante  
214 para as discussões daqueles Conselhos. A Sr<sup>a</sup> Lúcia Regina Reis argumentou que tal  
215 critério seria genérico e excludente, pois o trabalhador vinculado à Seguridade Social  
216 não cuidava apenas daquilo que dizia respeito aos seus interesses particulares e  
217 talvez estivesse mais envolvido com os temas pautados nos Conselhos de Previdência  
218 Social, os quais extrapolariam as especificidades, requerendo a organização dos  
219 trabalhadores para que algo produtivo fosse feito em tais Conselhos, o que teria

220 repercussão no CNPS. Questionou o acerto de tal critério por considerá-lo subjetivo,  
221 pois resultaria em escolhas com as quais poderia haver discordância, uma vez que  
222 restaria ao Ministério da Previdência Social a última palavra em termos de seleção de  
223 representações. Enfatizou, por fim, que a utilização daquele critério poderia gerar uma  
224 série de questionamentos e externou a sua avaliação de que as centrais sindicais  
225 seriam capazes de indicar alguém para representá-las que, independentemente do  
226 setor a que pertencesse, teria capacidade de atuar e de interferir positivamente nas  
227 discussões entabuladas nos Conselhos de Previdência Social. O Sr. Presidente  
228 respondeu que, com o registro dessa questão, seria avaliado esse posicionamento.  
229 Em seguida, introduziu o Sr. Leonardo Schettino, Diretor de Atendimento do INSS, que  
230 já estivera presente neste Conselho em duas ocasiões anteriores: na primeira, para  
231 apresentar a experiência-piloto do PGA – Programa de Gestão Administrativa em São  
232 Paulo, envolvendo cinco agências da Previdência Social, quando o CNPS aprovava a  
233 sua implementação; e, na segunda, para apresentar a expansão do PGA para as  
234 demais agências do Brasil, em diversas modalidades. Depois de agradecer a  
235 disponibilidade do Sr. Leonardo Schettino em comparecer ao CNPS para proceder a  
236 tal interlocução, concedeu-lhe a palavra.

237

238

## 239 **V – ORDEM DO DIA**

240

### 241 1 – Abordagem sobre o PGA e os resultados alcançados nos primeiros seis meses de 242 2006

243

244 O Sr. Leonardo Schettino agradeceu ao Sr. Presidente e aos Srs. Conselheiros a  
245 oportunidade de fazer um relato ou uma prestação de contas sobre o PGA e, de forma  
246 geral, apresentar ao CNPS a estratégia do INSS relativa à melhoria do atendimento.  
247 Informou que o Programa de Gestão do Atendimento iniciou-se em São Paulo, de  
248 forma piloto ou experimental, com a proposta de implementar um modelo gerencial  
249 diferente daquele atualmente utilizado nas unidades descentralizadas do INSS, que  
250 seria o modelo burocrático clássico, descrito por Max Weber, o qual apresentava uma  
251 série de disfunções que se transformaram em barreiras ao melhor desempenho  
252 daquelas unidades de atendimento. Tais disfunções decorreriam de uma verticalização  
253 acentuada do processo decisório, que se encontraria muito distante da operação das  
254 unidades, e de decisões extremamente centralizadas na figura do gerente ou do chefe  
255 da agência. Outro ponto que chamava a atenção seria a dificuldade para atender as  
256 pessoas nas agências, que teria originado uma análise ou acompanhamento da rede  
257 de atendimento, através da qual se percebeu que o foco do trabalho realizado dirigia-  
258 se muito mais à operação em si do que ao bom atendimento ao segurado. A proposta  
259 do novo modelo gerencial seria a superação de tais disfunções, fazendo com que o  
260 atendimento ocorresse da melhor forma possível. Depois de realizar a experiência-  
261 piloto na cidade de São Paulo, houve uma preocupação em saber se com a retirada  
262 da equipe de consultores daquelas unidades o modelo gerencial implementado teria  
263 sustentabilidade, se os ganhos adquiridos com a superação das disfunções  
264 anteriormente elencadas continuariam a ocorrer e se haveria uma tendência de  
265 melhoria nos indicadores de desempenho de tais unidades. Mencionou o Sr. Leonardo  
266 Schettino que, apesar de se implementar o PGA experimentalmente em cinco  
267 unidades, uma delas foi considerada exceção quanto às suas características em  
268 termos de comportamento: a Agência São Paulo Centro, onde houve o problema de  
269 um estagiário que, numa ação equivocada, fraudou a Previdência Social, o que foi  
270 noticiado na imprensa, gerando como consequência a substituição das chefias  
271 daquela unidade. Enfatizou que, diante de uma proposta de implantação de um  
272 modelo gerencial novo, promovia-se na organização um processo de mudança em seu  
273 nível mais profundo, o que envolvia a sua cultura. E gestão, atualmente, no INSS, não  
274 seria considerada como um valor. Dizia-se nos corredores da instituição que os seus

275 funcionários atuavam como bombeiros, pois apagavam incêndios todos os dias. Em  
276 termos de gestão, o incêndio corresponderia à fase de execução, a qual estaria  
277 embutida dentro de um grande processo que envolvia planejamento, execução,  
278 controle e ajuste de componentes. Portanto, na instituição, em regra, planejava-se  
279 pouco, executava-se muito e controlava-se pouco. O PGA para o Brasil foi dividido em  
280 duas etapas, sendo que, além da sua implementação nas unidades de atendimento,  
281 também foram envolvidas nesse trabalho as gerências executivas e as gerências  
282 regionais, pois havia uma interface na estrutura organizacional entre as agências e as  
283 gerências. Na primeira etapa, que teve início em novembro de 2005, com previsão de  
284 término em 22 de setembro do ano corrente, o trabalho foi desenvolvido em 65  
285 unidades: cinco gerências regionais, trinta gerências executivas e trinta agências,  
286 registrando-se que cada gerência executiva teve o modelo implementado na sua maior  
287 unidade de atendimento. A segunda etapa contemplou 42 gerências executivas e 41  
288 agências, iniciando-se em janeiro deste ano, com previsão de término para o mês de  
289 outubro de 2006. Quando se estabeleceu o quantitativo inicial de unidades a serem  
290 trabalhadas, definiu-se a relação entre a quantidade de servidores do corpo funcional  
291 dessas unidades e a quantidade de consultores, de forma que em toda a fase de  
292 estruturação e acompanhamento houvesse um consultor para cada vinte servidores.  
293 As 54 demais unidades foram escolhidas de forma estratégica, contemplando sempre  
294 aquelas que apresentavam maior representatividade e volume de atendimentos e de  
295 requerimentos, devido à limitação do número de unidades a serem trabalhadas. Essas  
296 155 agências participantes da implementação do novo modelo gerencial, destacadas  
297 do universo de 1.200 agências da Previdência Social, seriam responsáveis por cerca  
298 de 60% do volume total de atendimentos e de requerimentos. As 202 unidades, entre  
299 agências, gerências executivas e gerências regionais, foram distribuídas por gerências  
300 regionais, sendo que, na Regional de Brasília, seriam abrangidas 14 gerências  
301 executivas e 21 agências; em São Paulo, 19 gerências executivas e 31 agências; em  
302 Recife, 13 gerências executivas e 27 agências; em Florianópolis, 12 gerências  
303 executivas e 18 agências; e em Belo Horizonte, 14 gerências executivas e 28  
304 agências. Estariam lotados nessas 202 unidades cerca de 12.800 servidores da  
305 Previdência Social. A implementação de um modelo gerencial, pela sua característica  
306 de mudança cultural na organização, seria um momento muito difícil para a instituição.  
307 E houve uma falha quando da estruturação do modelo gerencial, porque, devido à  
308 velocidade com que foi feita a estruturação e o início das atividades, o envolvimento  
309 dos gerentes executivos e dos gerentes regionais foi muito breve e limitado. Como não  
310 bastava apenas um decreto ou um ato administrativo para se implementar de fato um  
311 novo modelo gerencial na organização, havia a necessidade de que os representantes  
312 e líderes estivessem convencidos do acerto daquela medida. Além de contar com os  
313 patrocinadores locais, também seria importante a demonstração dos resultados,  
314 considerada a ferramenta mais efetiva em termos de convencimento. Quando a equipe  
315 notou a sua falha, chamou todos os gerentes regionais para proceder a um  
316 realinhamento, com a intenção de promover uma institucionalização não só através de  
317 um ato legal, mas de fato, para que os dirigentes atuassem como verdadeiros  
318 patrocinadores desse processo. Destacou-se a constituição de um Comitê de Gestão  
319 do PGA Brasil, responsável por todas as decisões estratégicas do programa,  
320 composto pelos entes representativos da organização, que seriam os gerentes  
321 regionais, os chefes das agências e os diretores, de modo que todos participassem  
322 das decisões e as validassem, visando firmar a posição dos gestores locais como  
323 patrocinadores do programa e construir, com vistas à continuidade dos trabalhos  
324 depois da implementação, um modelo gerencial sob a forma de programa, com início,  
325 meio e fim, para não se perder o investimento feito pela organização após a saída dos  
326 consultores. Ademais, todas as ações foram relacionadas ao foco estratégico da  
327 organização, que dizia respeito à melhoria da qualidade do atendimento, com a  
328 intenção de envolver todos os servidores vinculados a essa área como agentes de  
329 mudança, além das 107 pessoas responsáveis pelo desenvolvimento de recursos

330 humanos no âmbito das gerências executivas e regionais. Detectaram-se problemas  
331 de implementação em 30 unidades do universo de 202, nas quais haveria uma  
332 resistência muito acentuada, mas tais problemas seriam tratados em nível local. O  
333 modelo de implementação foi composto de duas fases, sendo a primeira denominada  
334 de fase de estruturação, com duração de dois meses e meio a quatro meses, e a  
335 segunda, chamada fase de execução, referiu-se às rotinas das unidades, de acordo  
336 com o modelo gerencial, com duração de cinco meses e meio a seis meses. Os  
337 resultados quantitativos e qualitativos seriam perceptíveis a partir do terceiro mês da  
338 fase de execução, portanto poderiam ser apontados a partir do sexto mês do início da  
339 implantação do programa. Em seguida, o Sr. Leonardo Schettino passou a se referir,  
340 em termos de resultados quantitativos, às unidades que iniciaram a sua  
341 implementação em novembro de 2005, tomando como referência a APS de Santo  
342 Amaro, que possuía um estoque muito alto no mês de março de 2004, quando se  
343 formou um grupo de trabalho destinado a resolver o represamento de benefícios, o  
344 que seria uma prática normal nas agências da Previdência Social, a qual costumava  
345 atacar somente os sintomas do problema, mas não a sua causa. Utilizando o gráfico  
346 descritivo das atividades desenvolvidas na APS de Santo Amaro, o Sr. Leonardo  
347 Schettino mostrou que, depois de trabalhar com o estoque daquela unidade entre os  
348 meses de março e agosto de 2004, aquele grupo começou a ser desfeito  
349 gradativamente até novembro de 2004, quando a unidade passou a contar somente  
350 com a sua força de trabalho. Em setembro de 2004, iniciou-se a implantação do PGA  
351 nessa unidade. Nos três primeiros meses, transcorreu a fase de estruturação do  
352 modelo gerencial, com a formação das equipes autogeridas, a realização do  
353 diagnóstico e a identificação de todos os problemas, denominados pontos fracos ou  
354 oportunidades de melhoria, estruturando-se as ações para superar as disfunções ou  
355 barreiras ao desempenho. Após o intervalo do final de ano, quando os projetos não  
356 funcionam na organização por questões orçamentárias, a equipe do PGA voltou à  
357 unidade na última quinzena de janeiro de 2005, e o plano de trabalho elaborado por  
358 cada equipe autogerida começou a ser executado no início de fevereiro. O Programa  
359 de Gestão do Atendimento também iniciou um processo de capacitação em serviço no  
360 mês de janeiro, com duração de 60 dias, na área de benefício daquela unidade. Em  
361 março, a agência apresentou um volume de produção que passou a aumentar de  
362 forma acentuada. Em julho de 2005, houve uma greve que gerou a paralisação de  
363 50% do corpo funcional da unidade, o que motivou uma redução do volume  
364 despachado. Em agosto, os consultores do PGA saíram da Unidade de Santo Amaro,  
365 deixando 3.200 processos ainda represados. Hoje, essa unidade possuía 232  
366 processos em estoque, envolvendo tudo o que entrou e não foi definido, sendo que,  
367 em regra, 80% desses 232 processos estariam dentro do prazo legal de 45 dias. O  
368 exemplo da Agência de Santo Amaro foi utilizado como parâmetro para os resultados  
369 que começavam a aparecer nas demais unidades, acrescentando o Sr. Leonardo  
370 Schettino que tanto na APS de Santo Amaro quanto nas APS de Vila Mariana,  
371 Ipiranga e Pinheiros o modelo vinha se sustentando sem a presença dos consultores e  
372 com o envolvimento efetivo dos chefes das agências e do gerente executivo. Quanto  
373 ao conjunto de agências nas quais o programa foi implementado, que seriam seis por  
374 regional, em termos de quantidade despachada, registrou-se que, no período que  
375 antecedeu a entrada dos consultores e a implementação do programa, a média de  
376 despachos seria da ordem de 7.455 processos. E, no período de dezembro de 2005 a  
377 maio de 2006, os despachos aumentaram em média 18%. Identificou-se, na Regional  
378 de Brasília, o aumento da produção de cerca de 3%; em Florianópolis, 3,5%; na  
379 Regional de Recife, houve um destaque para o aumento de produção, que chegou a  
380 23%; e, em São Paulo, 2,32%. Na Regional de Belo Horizonte o aumento de  
381 produtividade atingiu 18%. Em relação à redução de estoques, na Regional de Belo  
382 Horizonte ela seria da ordem de 10,3%; em Recife, 9,1%; e em Brasília, houve uma  
383 redução pequena. Em Florianópolis e em São Paulo, detectou-se aumento de estoque,  
384 que chegou a 20% na Regional Sul e a 2,5% em São Paulo. Enfatizou o Sr. Leonardo



385 Schettino a ocorrência de um fenômeno em janeiro de 2006, que serviria para concluir  
386 a análise da quantidade despachada e do estoque: a extensão da jornada de trabalho  
387 em cerca de 610 das 1.200 unidades do INSS no País. Depois dessa extensão da  
388 jornada de trabalho de seis para doze horas, com dez horas de atendimento, houve  
389 um aumento de demanda, tanto em termos de atendimento quanto de requerimentos,  
390 da ordem de 28%. E haveria um potencial de aumento da produção, como foi  
391 demonstrado na experiência-piloto realizada em São Paulo, onde a quantidade de  
392 processos despachados em média por servidor aumentou em até 85%. Locais que  
393 registravam, na jornada de seis horas por servidor, a média de dois processos  
394 passaram para cinco processos e meio. A unidade que apresentou o melhor  
395 desempenho foi a de Santo amaro, seguida pela unidade de Pinheiros, que  
396 registraram respectivamente 5,5 e 5,2 aposentadorias e pensões definidas, numa  
397 jornada de seis horas por servidor, em média. A APS de Santa Marina, localizada na  
398 região norte de São Paulo, considerada uma das dez maiores agências do INSS no  
399 Brasil, registrava a redução de 36% nos seus estoques, nos últimos cinco meses. De  
400 um total de 1.083 benefícios represados em dezembro de 2005, aquela unidade  
401 apresentaria agora um estoque total de 687 processos. Quanto ao ritmo de  
402 atendimento, as pessoas esperavam em média duas horas e dois minutos para serem  
403 atendidas nessa unidade; hoje, a espera média seria de uma hora e sete minutos,  
404 considerando-se que a quantidade de pessoas atendidas na APS de Santa Marina  
405 aumentou de 9.039 em dezembro de 2005 para 17 mil. Em seguida, o Sr. Leonardo  
406 Schettino passou a apresentar fotografias das agências, como a que foi tirada da  
407 Agência de Santo Amaro no dia 22 de novembro de 2005, às 10h30min, na qual se via  
408 uma fila de cerca de 300 pessoas, informando que hoje, no mesmo horário, não havia  
409 mais fila na porta daquela Agência. Os seus servidores fariam um trabalho de  
410 organização ou triagem dos segurados mediante atendimento rápido que  
411 denominaram “Serviço Expresso”, destacando da fila aqueles que precisassem de  
412 atendimento com duração de dois ou três minutos, que eram direcionados para  
413 determinados guichês. Mostrou ainda um projeto denominado “Madrugada Sem Fila”,  
414 que vinha sendo executado em Recife, fruto de um trabalho desenvolvido pela sua  
415 Gerente Regional em conjunto com a equipe de consultores, abrangendo todas as  
416 agências da Previdência Social localizadas naquela capital. Nesse projeto, os  
417 servidores seriam convidados a participar de um trabalho de conscientização durante  
418 a madrugada, quando percorriam a cidade em grupos, passando por todas as  
419 agências da capital, as quais seriam abertas por volta das 4h30min, para realizar uma  
420 pré-triagem das pessoas que aguardavam nas filas. Aquelas que precisavam  
421 realmente de atendimento já recebiam a sua senha para aguardar até a abertura  
422 normal das agências, às 7h30min; e aquelas que precisavam fazer apenas o  
423 agendamento de perícia média seriam atendidas no momento da abordagem. Tal  
424 projeto teria previsão de encerramento em fevereiro, pois se destinava apenas à  
425 conscientização dos segurados, informando-os a respeito dos novos canais de  
426 atendimento, com a possibilidade de agendamento de perícia média por telefone, no  
427 número 135, através de ligação gratuita, e pela Internet. Os segurados mostravam-se  
428 surpresos ao serem atendidos antes das seis horas da manhã, pois muitos esperavam  
429 passar o dia inteiro naquelas filas. Como consequência, não existiam mais “fileiros” ou  
430 atravessadores que vendiam senhas nas filas das APS de Recife e foram colhidos  
431 alguns depoimentos dos próprios servidores, segurados e moradores das vizinhanças  
432 das agências. Os servidores chegavam às agências às 7h30min, para começar o  
433 atendimento, e já encontravam todos os segurados sentados, com a triagem feita e de  
434 posse da senha do sistema de atendimento; uma senhora que esperava na fila disse  
435 que teria deixado o almoço da sua casa pronto para vir para a fila às 4h30min, pois  
436 não esperava ser atendida antes que a sua família se reunisse para almoçar, e estava  
437 surpresa por sair do INSS às seis horas da manhã; e um vizinho da APS de Areias  
438 comentou que na frente daquela Agência dormiam pessoas que se drogavam e se  
439 prostituíam, as quais vendiam fichas para o atendimento no dia seguinte. Mas depois

440 que os servidores começaram a chegar às cinco horas da manhã para atender os  
441 segurados acabara aquele problema e ele já podia abrir a sua janela. Portanto havia  
442 uma questão de cunho social que começava a se resolver, além do aspecto cultural de  
443 frequência nas filas, que, segundo o Sr. Leonardo Schettino, fora induzido pela falta de  
444 capacidade do INSS em atender de forma resolutiva. E fez menção à entrevista  
445 concedida à imprensa pelo Presidente do INSS, que teria prestado essa explicação,  
446 mas, depois de sofrer edição, pareceu, na entrevista que foi ao ar, que ele teria dito  
447 que o problema da fila seria cultural. Finalizou a sua apresentação informando que  
448 havia uma página eletrônica na Intranet da Previdência Social destinada ao PGA, a  
449 qual poderia ser acessada pelos Conselheiros, bem como o endereço eletrônico para  
450 enviarem críticas e sugestões. O Sr. Presidente agradeceu a apresentação do Sr.  
451 Leonardo Schettino e desejou boas-vindas ao Conselheiro Leonardo Paixão, que  
452 assumira a direção da Secretaria de Previdência Complementar depois da saída do  
453 Sr. Adacir Reis, a qual, segundo o Sr. Presidente, ocorreu naturalmente, pois já se  
454 encontrava programada devido a questões familiares. Em seguida, concedeu a  
455 palavra ao Conselheiro Ricardo Patah, que elogiou o interesse do Ministério da  
456 Previdência Social em melhorar o atendimento aos segurados do INSS, parabenizou a  
457 apresentação do Sr. Leonardo Schettino e informou que a Força Sindical,  
458 especialmente o Sindicato dos Comerciários do Estado de São Paulo, estabeleceu  
459 uma parceria com o Ministério para convencer as pessoas a utilizar a inclusão digital,  
460 inaugurada no dia 21 de maio, na cidade de São Paulo. Destacou um problema que  
461 vinha ocorrendo na Agência Braz, utilizada pela maioria dos sindicatos de São Paulo,  
462 relativo ao represamento de processos originários da atividade sindical, que informara  
463 ao Ministério da Previdência Social, mediante documento, no dia 3 de abril. A respeito  
464 do assunto, recebera correspondência da Sr<sup>a</sup> Sônia de Castro Pereira, Gerente  
465 Executiva Interina, dizendo que solicitou a realização de um trabalho ampliado de  
466 servidores, inclusive nos finais de semana, para resolver tal pendência. E entregou ao  
467 Sr. Leonardo Schettino documento que, segundo o Sr. Conselheiro, seria oriundo não  
468 apenas do Sindicato dos Comerciários, mas de uma quantidade enorme de sindicatos  
469 da cidade de São Paulo que enfrentavam dificuldades junto ao INSS para resolver  
470 questões relativas aos seus filiados. O Conselheiro Aurélio Marcio Nogueira informou  
471 que as filas diante das agências da Previdência Social de Recife praticamente  
472 desapareceram e que não só os segurados, mas também as empresas estavam  
473 recebendo melhor atendimento, com a diminuição de problemas para retirar certidões.  
474 E parabenizou toda a Diretoria do INSS, em nome da CNI, pela evolução que vinha  
475 ocorrendo. O Conselheiro Jorge Higashino parabenizou a apresentação do Sr.  
476 Leonardo Schettino e discorreu sobre a dificuldade de se promover qualquer mudança  
477 cultural, devido à resistência oposta por aqueles que não queriam assumir  
478 compromissos nem responsabilidades pela sua atitude e pelo seu trabalho. Sugeriu  
479 que o PGA fosse implantado também na administração superior do INSS, devido às  
480 dificuldades de relacionamento que encontrava em algumas diretorias, tendo como  
481 causa principalmente a emissão da CND – Certidão Negativa de Débito, que, segundo  
482 o Sr. Conselheiro, teria vencimento rápido, apesar da demora na sua emissão e  
483 regularização. Indagou por que, entre os exemplos citados, não fora mencionado o  
484 Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Leonardo Schettino informou que a Gerência Regional  
485 de Belo Horizonte abarcava, além de Minas Gerais, os Estados do Rio de Janeiro e do  
486 Espírito Santo e que houve mudanças radicais nas APS de São Gonçalo e do Méier,  
487 que seriam as mais criticadas pela imprensa local, e atualmente não seriam mais  
488 mencionadas pela mídia. A Conselheira Josepha Theotônia expressou o seu  
489 contentamento com as informações prestadas na exposição do Sr. Leonardo Schettino  
490 e perguntou se encontraria todos os números do programa na página eletrônica do  
491 PGA. O Sr. Leonardo Schettino informou que o relatório quantitativo das 202 unidades  
492 que implementaram o programa seria validado até o começo do mês de julho e  
493 comprometeu-se a enviá-lo à Secretaria do CNPS assim que estivesse pronto, para  
494 que esta procedesse à sua distribuição aos Conselheiros. O Sr. Presidente discorreu

495 sobre a introdução de tecnologias para permitir o atendimento remoto, ao longo da  
496 década de 90, na rede bancária e a incorporação de avanços tecnológicos às ações  
497 da Previdência Social, o que vinha gerando outro fenômeno, que seria a expansão da  
498 demanda, uma vez que as pessoas que não tinham acesso à Previdência Social ou  
499 que enfrentavam muitas barreiras para solicitar os seus serviços encontrariam agora  
500 mais facilidade. Indagou quais seriam as dimensões desse aumento de demanda com  
501 a expansão dos canais de acesso à Previdência Social. O Sr. Leonardo Schettino  
502 respondeu que o PGA seria apenas uma das ações que visavam a melhoria do  
503 atendimento, que seria o grande desafio da Previdência Social. Explicou que cerca de  
504 3,5 milhões de pessoas seriam atendidas por mês em toda a rede da Previdência  
505 Social e que, desse total, aproximadamente 550 mil requeriam benefícios, enquanto  
506 um milhão de pessoas esperavam receber orientação em relação a procedimentos de  
507 protocolo de benefícios ou a situações pontuais e informações sobre o andamento de  
508 processos. Acrescentou que a Previdência Social contava com um serviço de  
509 teleatendimento e alguns serviços na Internet, mas de forma incipiente, o que gerava  
510 um desequilíbrio entre a demanda para o canal remoto de atendimento e a sua  
511 capacidade de atender. Para esclarecer a sua dúvida em relação àquela demanda,  
512 solicitou à Embratel o detalhamento do volume de chamadas recebidas pela  
513 Previdência Social no período médio de seis meses e constatou que a instituição  
514 recebia por dia algo em torno de 330 mil chamadas direcionadas à sua central, das  
515 quais conseguia atender a cerca de 55 mil, entre o Distrito Federal e Salvador. E  
516 haveria uma relação de cerca de 80 mil usuários que faziam algo em torno de 330 mil  
517 ligações telefônicas por dia, incluindo-se nesse montante as chamadas repetidas por  
518 parte de pessoas que não recebiam atendimento na primeira vez em que telefonavam  
519 para aquele serviço. Com base nessa pesquisa, decidiu-se redimensionar o canal  
520 remoto de atendimento da Previdência Social, que também elaborou uma estratégia  
521 que contaria com o PGA para cobrir a lacuna verificada no desempenho de seus  
522 funcionários. Para tanto, seria realizada uma ação conjunta entre a Diretoria de  
523 Benefícios, a Diretoria de Recursos Humanos e a Diretoria de Atendimento para  
524 promover um grande processo de capacitação, envolvendo as 200 maiores agências  
525 da Previdência Social no País, responsáveis por cerca de 75% da demanda total de  
526 requerimentos, com início previsto para o mês de julho, que contaria com dois  
527 consultores internos, instrutores da área de benefícios, que atuariam durante 60 dias  
528 em cada unidade, visando melhorar as suas deficiências. Com o novo *call center*,  
529 havia a intenção de se retirarem das filas das agências um milhão de pessoas que as  
530 procuravam para receber orientações, mediante divulgação em campanha de  
531 publicidade. Ponderou que, uma vez que os segurados da Previdência Social eram  
532 pessoas com renda familiar baixa, seria necessária a prestação de informações com  
533 maior poder de persuasão e a formulação de respostas mais objetivas às suas  
534 indagações para convencê-los a aderir a esse canal de atendimento remoto. Informou  
535 que, no canal remoto, a Previdência Social contaria com 600 posições de atendimento  
536 em Recife, 205 em Salvador e 80 em Brasília, funcionando em dois turnos, o que  
537 equivaleria a 1.800 pessoas ajudando na tarefa de atendimento. Acrescentou que não  
538 se tratava de servidores das agências da Previdência Social, mas de empresas  
539 contratadas que executariam atividades como o agendamento de perícia médica.  
540 Assim, enquanto se investia em tecnologia para funcionar como filtro para atender à  
541 demanda de 500 mil a um milhão de pessoas por meio de canal remoto, a capacidade  
542 produtiva dos servidores da Previdência Social também seria otimizada e a sua força  
543 de trabalho poderia se redirecionar para outras atividades, como a revisão de recursos  
544 que se encontravam parados nas agências. Acrescentou que, apesar da dificuldade  
545 em estimar a demanda reprimida, acreditava que com o canal de atendimento remoto,  
546 com a otimização dos conhecimentos dos servidores da Previdência Social e com as  
547 melhorias tecnológicas seria possível incrementar a força de trabalho numa ordem  
548 maior do que o aumento daquela demanda, que também teria um limite. A Conselheira  
549 Josepha Theotônia perguntou qual seria a relação entre a criação desse serviço de

550 atendimento remoto e o servidor da Previdência Social, para saber se este seria  
551 substituído ou motivado. O Sr. Leonardo Schettino esclareceu que a tendência seria  
552 de que o servidor da Previdência Social se tornasse cada vez mais profissional, pois,  
553 com o investimento que seria feito para capacitá-lo, ele realizaria no futuro atividades  
554 mais nobres, como a análise de processos com mais tranquilidade e critério,  
555 proporcionando a diminuição do índice de recursos devido à propriedade com que a  
556 análise inicial de tais processos seria feita. Portanto a tendência seria qualificar,  
557 capacitar e preparar o servidor para que ele pudesse atuar de forma cada vez mais  
558 profissional. Ponderou que não seria possível ignorar o incremento da tecnologia que  
559 também favoreceu o aumento de produtividade e admitiu que a quantidade de  
560 servidores nos quadros da Previdência Social não seria suficiente, mas por enquanto  
561 ainda não havia uma conclusão quanto ao número considerado ideal. A Conselheira  
562 Lúcia Regina Reis registrou que, apesar da avaliação positiva quanto aos resultados  
563 da atividade que vinha se desenvolvendo no âmbito das agências do INSS, se  
564 verificava a terceirização de seus serviços. Perguntou quem contratava as pessoas  
565 que prestavam atendimento ao telefone e quais seriam as suas condições de trabalho.  
566 O Sr. Leonardo Schettino informou que tal contratação seria feita por meio de  
567 processo licitatório aberto a todo o mercado e que os serviços realizados pelo *call*  
568 *center* não poderiam ser qualificados como atividades de Estado, uma vez que o  
569 agendamento de perícia médica não implicava o conhecimento específico da  
570 legislação previdenciária. A Conselheira Lúcia Regina Reis perguntou se houve, na  
571 licitação mencionada, alguma exigência a respeito das relações de trabalho que  
572 aqueles trabalhadores teriam com a empresa escolhida. O Sr. Leonardo Schettino  
573 respondeu que, apesar de não ter participado da elaboração do edital, havia um  
574 cuidado em relação a esse aspecto por parte da Consultoria Jurídica do INSS, a fim de  
575 garantir o respeito a todas as condições legais. O Sr. Presidente informou que a  
576 relação de trabalho previa carteira de trabalho assinada e o respeito a todos os  
577 dispositivos da CLT. O Conselheiro Benedito Brunca acrescentou que o atendimento  
578 feito pelo *call center* utilizava o mesmo procedimento que o segurado faria na sua  
579 residência se possuísse Internet, por meio da qual o sistema processaria o conjunto de  
580 informações digitadas e agendaria a perícia médica. Entretanto, grande parcela da  
581 população brasileira ainda não participava do processo de inclusão digital, portanto,  
582 para evitar o comparecimento à agência por no mínimo duas vezes, pois normalmente  
583 o segurado não fazia a perícia no mesmo dia em que a agendava, ele telefonaria para  
584 aquele serviço de atendimento e procuraria o INSS somente no dia da realização da  
585 sua perícia. Esclareceu que atualmente a perícia médica e o benefício por  
586 incapacidade seriam as causas de 70% a 75% do total de demandas que a  
587 Previdência Social recebia. Ressaltou que a Previdência Social não pretendia perder o  
588 foco de combate à terceirização, mas nenhuma das atividades executadas pelas  
589 pessoas contratadas pelas empresas que prestavam serviços à instituição envolveria  
590 tomada de decisão em termos de deferimento de processos, concessão de benefícios  
591 ou execução de pagamentos. O *call center* seria apenas uma das estratégias  
592 utilizadas para viabilizar o atendimento. A Conselheira Josepha Theotônia registrou  
593 que o assunto precisaria ser aprofundado, pois não entendia por que esse serviço não  
594 poderia ser realizado pelos servidores da Previdência Social. Mencionou, em seguida,  
595 a contratação de entidades financeiras para fazer a folha de pagamento da  
596 Previdência Social, o que, segundo a Conselheira, fora objeto de portaria editada pelo  
597 Ministério, e indagou se tal procedimento sinalizaria o começo da entrega a entidades  
598 privadas de um serviço que deveria ser realizado pelos funcionários do Ministério da  
599 Previdência Social. O Conselheiro Benedito Brunca esclareceu que a instituição não  
600 contrataria ninguém para fazer a sua folha de pagamentos, pois tal tarefa seria  
601 desempenhada pela Dataprev, por meio de comandos feitos pelos funcionários do  
602 INSS, e que não se cogitava a possibilidade de mudança de tal procedimento.  
603 Informou que estava em curso o desenvolvimento de um estudo, em parceria com a  
604 Secretaria do Tesouro Nacional, a respeito da forma como era feito o pagamento dos

605 benefícios da Previdência Social, que envolveria o total de 24 milhões de pessoas. O  
606 grupo de trabalho criado para esse fim verificaria se a Previdência Social continuaria a  
607 pagar R\$300 mil em tarifas às instituições bancárias para realizarem esse pagamento  
608 ou se cobraria delas, portanto a discussão a respeito do assunto visava definir se  
609 aquele procedimento envolveria um ônus ou um bônus para a instituição. Explicou  
610 que, com a entrega do montante de R\$11 milhões, mensalmente, para as instituições  
611 bancárias procederem ao pagamento dos segurados, além de movimentar aqueles  
612 recursos, essas instituições contariam também com a fidelização bancária por parte de  
613 vários segurados que recebiam o seu pagamento no mesmo banco durante algum  
614 tempo. Portanto, não se tratava de terceirizar a elaboração ou o processamento da  
615 folha de pagamento, e sim de uma reflexão sobre a necessidade de se gastar com  
616 tarifas cobradas pelos bancos em troca da realização do pagamento a 24 milhões de  
617 beneficiários todos os meses, ou se os bancos deveriam pagar para ter acesso a esse  
618 serviço, pelo valor que ele representaria. Acrescentou que o Município de São Paulo  
619 adotara tal procedimento e que, ao invés de pagar aos bancos, ganhava dinheiro com  
620 a prestação desse serviço. Porém, os estudos ainda não estavam concluídos e não  
621 havia a convicção quanto à viabilidade dessa transação. O Sr. Presidente informou  
622 que no momento adequado aquele grupo de trabalho apresentaria os seus resultados  
623 ao CNPS. Em seguida, submeteu à aprovação do Conselho uma resolução para  
624 respaldar o trabalho desenvolvido pelo Sr. Leonardo Schettino, que foi aprovada por  
625 unanimidade.

626

## 627 2 – Reformas do Sistema Previdenciário do Chile e da Argentina

628

629 O Sr. Presidente informou que participara, no dia 16 de maio, da reunião de um  
630 conselho criado pela Presidente do Chile, Michelle Bachelet, para assessorá-la em  
631 relação à reforma previdenciária que se realizaria naquele país, devido às discussões  
632 que antecederam a sua campanha eleitoral, quando se constataram diversas  
633 inadequações e ineficiências do seu modelo previdenciário, adotado em 1981, quando  
634 ocorrera a sua privatização. Explicou que todos aqueles que ingressaram no mercado  
635 de trabalho a partir de maio de 1981 tiveram que escolher uma administradora de  
636 fundo de pensão, ou AFP, para afiliar-se e recolher as suas contribuições. Tais  
637 administradoras mantinham contas individuais como se fossem contas-poupança que  
638 acumulariam um saldo aplicado no mercado financeiro por meio de carteira de  
639 investimentos que seguiriam determinados limites. Anteriormente, em 1979, por meio  
640 de outra reforma previdenciária, o Chile aumentara a idade de aposentadoria da sua  
641 população para 65 anos, no caso de homens, e 60 anos para as mulheres, definindo o  
642 tempo mínimo de contribuição e uma série de requisitos para o cálculo de benefícios  
643 do sistema público de previdência, considerados mais duros do que os anteriores. Isso  
644 ocorrera porque o Chile, assim como a Argentina, Cuba e o Uruguai começaram a  
645 apresentar sinais de transição demográfica naquela época. Durante o processo de  
646 avaliação do sistema previdenciário do Chile, que ocorreu entre os anos de 2004 e  
647 2005, concluiu-se que o regime de contas individuais com base no princípio de  
648 contribuição definida, segundo o qual o benefício oscilava conforme o saldo  
649 acumulado e o retorno dos investimentos, não garantia cobertura previdenciária para a  
650 maioria da população e que aquele regime previdenciário não mudara o  
651 comportamento dos trabalhadores em relação à contribuição para a Previdência, uma  
652 vez que as taxas de informalidade no mercado de trabalho não diminuíram,  
653 contrariamente às expectativas, apesar da eliminação da contribuição patronal. Além  
654 de tais inconsistências ou deficiências do sistema previdenciário chileno, houve a  
655 promessa dos reformadores, em 1981, de que aquele modelo retiraria o peso fiscal do  
656 sistema previdenciário das contas públicas. Porém, com o fechamento do acesso ao  
657 antigo sistema previdenciário para os novos trabalhadores, reduziu-se o aporte de  
658 contribuições, apesar da manutenção do pagamento de benefícios em curso, o que  
659 gerou uma lacuna no financiamento do sistema previdenciário chileno. Previu-se

660 também, entre 1991 e 1993, a possibilidade de os trabalhadores incluídos no sistema  
661 previdenciário anterior migrarem para os fundos de pensão privados, recebendo títulos  
662 de reconhecimento das suas contribuições passadas, mas isso aprofundou a lacuna  
663 de financiamento do sistema previdenciário público e criou um passivo em termos de  
664 bônus de reconhecimento que seriam saldados no momento em que os seus titulares  
665 se aposentassem, os quais seriam objeto de cálculo generoso em relação às  
666 contribuições passadas, gerando, em longo prazo, o aumento do passivo do sistema  
667 público em relação àqueles trabalhadores. Portanto, em termos de finanças públicas, o  
668 custo da transição se revelou extremamente elevado, pois seriam pagos 4,5% do PIB  
669 ao ano, no Chile, a título de custos para cobrir as lacunas do sistema público de  
670 Previdência, em função da reforma de 1981, que já custara ao Estado chileno mais de  
671 100% do PIB em termos de transição. Além disso, haveria os custos de assistência  
672 social que nem sequer foram contabilizados na época da reforma previdenciária, e o  
673 sistema privado não conseguiu expandir a cobertura da Previdência para toda a  
674 população, que na sua maioria precisaria recorrer a uma política de assistência social  
675 para se proteger quando chegasse aos 65 anos de idade. O custo da assistência  
676 social ainda estava sendo estimado, mas havia cálculos que chegavam a 2% ou 3%  
677 do PIB ao ano, enquanto, aqui no Brasil, nós pagaríamos quase 2% do PIB em termos  
678 de assistência social: 1% sob a forma de benefícios da LOAS e 1,3% a 1,4% a título  
679 de benefícios com formas de contribuição diferenciadas, como, por exemplo, a  
680 Previdência Rural, cujos trabalhadores foram excluídos do sistema previdenciário  
681 chileno. Portanto o Chile enfrentava custo de transição elevado, baixa cobertura  
682 previdenciária e, mesmo entre aqueles que participavam do sistema, segundo a  
683 avaliação apresentada naquela reunião na qual quinze especialistas estrangeiros  
684 foram convidados para opinar, menos da metade dos que possuíam contas ativas  
685 conseguiam, ao final da sua vida ativa, acumular saldo suficiente para obter o  
686 benefício mínimo. Apesar desse diagnóstico, o Governo chileno não pretendia causar  
687 uma ruptura institucional com o simples fechamento desse sistema. Portanto haveria  
688 uma discussão sobre a forma como esses fundos de pensão seriam aperfeiçoados.  
689 Além dos problemas relativos à política social, verificaram-se problemas específicos  
690 na área de fundos de pensão, como o custo de administração extremamente elevado,  
691 devido à fragmentação do sistema, e a tendência de fusão entre as suas  
692 administradoras, gerando em consequência a concentração de mercado. Ademais,  
693 verificou-se ainda que as opções dos segurados não se voltavam à administradora  
694 que oferecia a melhor rentabilidade para a sua conta, mas àquela que mais investia  
695 em marketing. Quanto aos aspectos positivos daquele sistema previdenciário, o  
696 segmento que contava com capacidade contributiva se adequou muito bem; deixou de  
697 haver os subsídios perversos dos pobres para os mais ricos, que era uma  
698 característica do sistema previdenciário antigo, pois, com este sistema, todos  
699 passaram a depender do próprio esforço contributivo; e, em termos de acumulação de  
700 recursos, como o estoque de capital no Chile, correspondente a 60% do PIB, estaria  
701 em nome dos fundos de pensão, isso ajudou aquele país a desenvolver o mercado de  
702 capitais, o que alavancou a sua taxa de crescimento. Entretanto, cabia questionar se o  
703 objetivo de um sistema previdenciário era servir como instrumento para a acumulação  
704 de capitais e o desenvolvimento desse mercado, deixando de lado a expansão da  
705 cobertura de políticas sociais. Em etapa subsequente, os chilenos discutiriam sobre se  
706 os fundos de pensão deveriam se transformar em fundos complementares de uma  
707 eventual previdência pública a ser criada, seguindo de certa forma o modelo  
708 previdenciário brasileiro. Comentou o Sr. Presidente que, enquanto no Brasil se  
709 considerava que o sistema previdenciário chileno poderia servir como modelo, o Chile  
710 cogitava a adoção do nosso modelo, no sentido da distribuição de tarefas entre os  
711 setores público e privado em termos de proteção previdenciária, além da construção  
712 gradativa de um pilar público para garantir a cobertura básica da Previdência Social.  
713 Acrescentou que havia no Chile o que se chamava de *pensiones asistenciales*, ou  
714 benefícios assistenciais, que seriam pagas a pessoas com idade de 65 anos ou mais,

715 classificadas numa determinada linha de pobreza por meio de critérios definidos por  
716 um sistema chamado *Ficha Cas*, cujos dados, juntamente com outras informações  
717 socioeconômicas, alimentavam um sistema conhecido como *La Encuesta CASEN ou*  
718 *Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional*, que servia para orientar as  
719 políticas sociais. Até o começo da gestão da Presidente Michelle Bachelet, tais  
720 benefícios estavam sujeitos a uma restrição orçamentária que foi suspensa, visando o  
721 que os chilenos chamaram de universalização das *pensiones asistenciales*. Com  
722 vistas à criação de um sistema público de previdência para garantir a cobertura  
723 universal básica ou mínima, consolidava-se a idéia de se criar um benefício não-  
724 contributivo mínimo, universal, que se mostrasse suficiente para resgatar as pessoas  
725 consideradas abaixo da linha de pobreza, o qual não poderia ser tão generoso a ponto  
726 de desestimular a contribuição para a Previdência. Portanto, haveria basicamente  
727 duas frentes no Chile, em termos de sistema previdenciário: a construção de um  
728 sistema público de previdência básica, que contaria, no primeiro instante, com um  
729 benefício universal básico. E o Sr. Presidente sugeriu naquela reunião que se  
730 idealizasse uma previdência pública contributiva, baseada num módulo básico. Como,  
731 no modelo adotado, o Estado regulava a si próprio, seria necessário reconstruir os  
732 órgãos públicos para criar políticas previdenciárias, de modo que o seu sistema  
733 continuasse a se desenvolver, adaptando-se às transformações da sociedade. E a  
734 outra frente que eles provavelmente atacariam, depois de decidir a respeito do  
735 primeiro tema, se referia às transformações que deveriam ser feitas no âmbito dos  
736 fundos de pensão. Depois de definir se esses fundos seriam substitutivos ou  
737 complementares, eles decidiriam como lidar, por exemplo, com as questões referentes  
738 às ineficiências administrativas que foram localizadas em diversas dimensões.  
739 Voltando do Chile, o Sr. Presidente permaneceu em Buenos Aires por um dia, quando  
740 teve oportunidade de conversar com o Secretário de Previdência da Argentina, por  
741 ocasião de um seminário que se realizou naquela data. Explicou o Sr. Presidente que  
742 a Argentina não privatizou totalmente o seu sistema previdenciário, mas, conforme a  
743 avaliação dos responsáveis por aquele sistema no país, haveria a tendência de se  
744 reduzir o número de idosos com acesso a um benefício previdenciário, que hoje  
745 corresponderia a 70%, para algo em torno de 40% até 2025. Assim, 60% dos seus  
746 idosos teriam que buscar outras fontes para o seu sustento. E havia a necessidade de  
747 se considerar que a pirâmide etária da Argentina seria mais avançada em termos de  
748 transição demográfica do que a brasileira. Destacou-se naquele sistema previdenciário  
749 um pequeno pilar público, anterior à previdência privada. Então, diferentemente do  
750 Chile, a Argentina manteve a atuação da Previdência pública, mas havia a exigência  
751 de 30 anos de contribuição para se garantir um benefício mínimo, que eles chamavam  
752 de universal, mas poucas pessoas, devido às transformações do mercado de trabalho,  
753 completariam 30 anos de contribuição formal. Portanto a Argentina enfrentava um  
754 problema muito semelhante ao chileno, agravado ou precipitado pela crise  
755 macroeconômica de 2001, quando houve uma desvalorização cambial que gerou  
756 problemas para os fundos de pensão, que teriam acumulado algo em torno de 40% do  
757 PIB nos seus estoques de capital, mas cerca de dois terços desses recursos foram  
758 investidos em títulos públicos indexados ao dólar, que se transformaram no famoso  
759 *corralito*. Com isso, a credibilidade dos fundos da previdência privada foi muito  
760 abalada, enquanto a previdência pública se destacou, por se lastrear na capacidade  
761 fiscal do Estado. O Conselheiro Benedito Brunca perguntou qual seria o valor mínimo  
762 do benefício previdenciário e assistencial no Chile e na Argentina. O Sr. Presidente  
763 respondeu que não se lembrava do valor pago no Chile, mas na Argentina o valor do  
764 benefício mínimo teria aumentado de 150 pesos, no início do atual Governo, para 390  
765 pesos atualmente, o que equivaleria em reais a R\$120,00 durante o Eduardo Duhalde  
766 e a algo em torno de R\$300,00 no atual Governo. Acrescentou que a ANSES, que  
767 corresponderia ao INSS na Argentina, conseguiu eliminar as filas, utilizando a  
768 estratégia de canais remotos de atendimento, o que, somando-se à quase triplicação  
769 do valor mínimo dos benefícios, teria gerado um impacto muito positivo sobre a

770 credibilidade da Previdência pública na Argentina. Uma vez que os argentinos  
771 conseguiram resolver os efeitos da crise macroeconômica com a renegociação  
772 daqueles títulos que ficaram no *corralito*, segundo o Presidente, eles teriam a  
773 possibilidade de avaliar os ajustes que deveriam fazer no seu sistema previdenciário  
774 para evitar a queda da cobertura para os idosos de 70% para 40%. Considerou  
775 acertada a decisão brasileira de não seguir o modelo chileno na década de 90,  
776 ponderando que não haveria por que segui-lo no futuro, pois tanto o Chile quanto a  
777 Argentina estavam analisando o modelo previdenciário brasileiro, apesar de saberem  
778 que enfrentamos dificuldades administrativas e desequilíbrios fiscais, porque, além de  
779 lidar com os problemas que o nosso sistema previdenciário apresentava, eles teriam  
780 que resolver os problemas criados pelas reformas realizadas. O Conselheiro  
781 Guilherme Delgado parabenizou o Sr. Presidente pela sua exposição, que considerou  
782 muito interessante, porque, de certa forma, iluminava o debate a respeito de reforma  
783 da Previdência que, segundo o Conselheiro, a mídia reproduzia à moda antiga, uma  
784 vez que parte do segmento mais conservador defendia, em 2007, a reprodução de  
785 uma parte do modelo chileno, com a idéia de se reduzir o teto do INSS para três  
786 salários mínimos, transferindo-se o diferencial para a previdência complementar.  
787 Comentou que tal proposta, além de não resolver o problema relativo ao seguro social,  
788 em termos de ampliação ou inclusão, que ainda seria baixa, criaria um problema fiscal  
789 insuportável. Avaliou que se se somassem todos os custos fiscais com os quais arcou  
790 o Estado chileno por conta da reforma e, indiretamente, por outras razões, como o  
791 benefício mínimo que o Estado seria obrigado a pagar quando a capitalização não  
792 atendesse ao equivalente ao salário mínimo, os bônus de reconhecimento e o acervo  
793 antigo da Previdência pública que o Estado continuou pagando sem ter receita própria,  
794 além da Previdência militar, que nunca foi privatizada, o cômputo final não seria de  
795 4%, mas de 6% a 6,5% do PIB chileno. Acrescentou que a mídia brasileira se referia  
796 todo mês a rombo ou déficit do INSS, e nunca mencionava o rombo ou déficit do  
797 sistema chileno, que o suportava há 25 anos e tenderia a suportá-lo por pelo menos  
798 mais 20 anos. Sugeriu, por fim, que se divulgassem essas informações, para que as  
799 comparações internacionais que se costumavam fazer em determinados círculos  
800 fossem mais iluminadas por dados, e menos por falácias. O Sr. Presidente esclareceu  
801 que não seria contrário aos fundos de pensão ou à previdência privada, acrescentando  
802 que o Brasil contava com um sistema previdenciário composto por vários pilares:  
803 benefícios assistenciais, previdência pública contributiva e previdência complementar,  
804 que conviviam entre si, cada um desempenhando o seu papel. O Conselheiro Jorge  
805 Higashino externou a sua dúvida sobre se haveria no Chile dois tipos de previdência  
806 privada, a aberta e a fechada, e perguntou se os empregadores também contribuíam  
807 para a formação do saldo de conta dos segurados. O Sr. Presidente explicou que os  
808 fundos de pensão criados no Chile, as chamadas AFPs, seriam todos do modelo  
809 aberto, com contas individuais. E não haveria contribuição do empregador, que fora  
810 abolida, sob o argumento de que era necessário reduzir o custo da mão-de-obra para  
811 aumentar a formalização do mercado de trabalho. Acrescentou que tomara  
812 conhecimento de que na Argentina existiam fundos de pensão fechados e que o  
813 Secretário de Previdência Social daquele país contava com uma equipe de 50  
814 pessoas para cuidar da formulação de políticas para o regime geral de Previdência,  
815 além de supervisionar a previdência do funcionalismo público, porque haveria 13  
816 caixas de previdência estaduais, e os fundos de pensão fechados. E o Sr. Valter  
817 Arrighi, Secretário de Previdência Social da Argentina, teria conversado com o Sr.  
818 Fábio, da SPC brasileira, para trocar informações a respeito do funcionamento da  
819 supervisão de fundos fechados no Brasil, que já tiveram um papel importante naquele  
820 país, mas foram abandonados ou trocados no passado pelo modelo de fundos de  
821 pensão abertos. O Conselheiro Leonardo Paixão parabenizou o Sr. Presidente pelo  
822 seu poder de síntese e ratificou a sua observação no sentido de que o Brasil fez muito  
823 bem ao não optar pela mudança do regime público para o regime privado,  
824 acrescentando que ela envolveria custos de transição impossíveis de se cogitar, os



825 quais, segundo o Sr. Presidente, chegariam a três vezes o valor do PIB brasileiro. O  
826 Conselheiro teceu algumas considerações a respeito do modelo adotado pelo Chile,  
827 que vinha obtendo bons resultados em outros países, como a Holanda, que contaria  
828 com 90% de cobertura previdenciária e o mercado informal praticamente não existiria.  
829 Como todos contribuíam, a situação naquele país seria bem diferente daquela que se  
830 encontrava na América Latina, onde predominava a informalidade, acrescentando que,  
831 no Brasil, calculava-se que 28 milhões de pessoas estivessem à margem do Regime  
832 Geral da Previdência Social. Comparando o modelo chileno de previdência com os  
833 fundos de pensão brasileiros, citou várias diferenças entre um e outro, como o caráter  
834 complementar dos fundos de pensão brasileiros, que se destinavam a quem dispunha  
835 de renda maior, o que lhes imprimia o caráter elitista e significava que a sua clientela  
836 seria mais esclarecida em termos de capacidade para acompanhar os investimentos e  
837 a rentabilidade de seus planos. Referindo-se ao Chile, acrescentou que, quando se  
838 universalizava a adesão aos fundos de pensão, com muita freqüência, as pessoas não  
839 conseguiam fazer distinções sensatas entre as diversas administradoras e se  
840 sujeitavam a ser capturadas por um marketing mais eficiente do que por uma gestão  
841 melhor dos programas previdenciários. Ademais, o Brasil contaria com mais de 360  
842 fundos de pensão e diversas administradoras de entidades abertas e seguradoras,  
843 enquanto dois terços do mercado chileno seriam dominados por apenas três  
844 administradoras. Referindo-se às modalidades de planos de contribuição, ressaltou  
845 que entre os planos de previdência fechados brasileiros, que somariam quase 900,  
846 cerca de 8% adotavam planos de contribuição definida puros ou baseados no saldo de  
847 conta individual, e mais de 90% da previdência complementar fechada teria os seus  
848 benefícios estruturados de forma mutualista, portanto, ainda que o indivíduo  
849 enfrentasse alguma dificuldade na gestão do seu fundo de pensão, ele seria amparado  
850 por um grupo, e não contaria apenas com uma conta individual. Acrescentou que os  
851 fundos de pensão brasileiros seriam responsáveis pelo pagamento de cerca de R\$18  
852 bilhões por ano em benefícios a uma faixa da população que contava com maior  
853 remuneração e ajudava a movimentar outros setores da economia que não apenas o  
854 de produtos essenciais mais utilizados por pessoas que viviam apenas da renda da  
855 Previdência oficial. Observou que todos os países que passaram por grandes surtos  
856 de desenvolvimento o fizeram com recursos próprios, destacando o aspecto positivo  
857 dos fundos de pensão, que permitiriam a formação de poupança interna própria e de  
858 longo prazo, o que lhes facultava o investimento em atividades produtivas que não  
859 interessavam às pessoas físicas, tendo em vista o longo prazo de retorno daqueles  
860 investimentos. Comentou que as reformas previdenciárias do Chile e da Argentina  
861 teriam ocorrido em contexto de pressão por parte de organismos e agentes financeiros  
862 internacionais, restando a dúvida sobre se tais reformas foram melhores para os  
863 credores daqueles países do que para a sua população. Ponderou que até mesmo nos  
864 Estados Unidos e em alguns países da Europa quem permaneceu apenas com o  
865 modelo de contribuição definida e benefício calculado com base em saldo de conta  
866 não alcançou o nível apregoado, porque esse regime não propiciaria, durante a  
867 aposentadoria, o padrão de vida esperado. Finalizou a sua intervenção lembrando que  
868 os grandes fundos de pensão brasileiros faziam investimentos considerados  
869 socialmente responsáveis e que caberia ao Brasil aprimorar a sua previdência  
870 complementar, bem como o Regime Geral da Previdência Social. O Sr. Presidente  
871 lembrou que os modelos de contribuição definida não foram previstos apenas no Chile,  
872 onde o benefício dependeria do saldo acumulado na conta individual. Acrescentou que  
873 também haveria a contribuição definida chamada de nocional, por meio da qual era  
874 simulada uma conta de acumulação com taxa de juros definida. Seria o caso das  
875 contas virtuais existentes na Suécia, na Itália, na Polônia, na Hungria, na Letônia e na  
876 Estônia, onde o custo de transição seria menor, porque não havia necessidade de se  
877 construir estoque de capital, mas o impacto seria o mesmo sobre a cobertura da  
878 população em idade avançada. Esses países discutiam atualmente sobre os ajustes  
879 que deveriam fazer no seu sistema e, principalmente por se tratarem de sociedades

880 em processo de envelhecimento, sobre a definição da idade de aposentadoria, que,  
881 em alguns países, chegava a ser cogitada aos 67 anos.

882

883

## 884 VI – OUTROS ASSUNTOS

885

886 O Sr. Presidente anunciou a definição da pauta da próxima reunião, que se  
887 constituiria, a princípio, da discussão sobre o orçamento e da avaliação sobre o crédito  
888 consignado. A Conselheira Lúcia Regina Reis sugeriu que o Conselho fosse informado  
889 a respeito da definição da carreira dos servidores da Previdência Social, que faria  
890 parte de processo de negociação que se encerraria até a próxima reunião do CNPS. A  
891 Conselheira Josepha Theotônia ressaltou a necessidade de se aprofundar a discussão  
892 a respeito dos funcionários que prestavam serviços ao *call center* e, ao parabenizar o  
893 Sr. Presidente pela sua apresentação, perguntou se aquelas informações seriam  
894 objeto de divulgação por parte da Previdência Social, pois, segundo a Conselheira, a  
895 imprensa estaria promovendo uma campanha muito forte para acabar com a  
896 Previdência. O Sr. Presidente informou a respeito de uma experiência internacional  
897 recente, envolvendo a AARP ou *American Association of Retired People*, dos Estados  
898 Unidos, considerada a maior associação de aposentados e pensionistas do mundo,  
899 com mais de 36 milhões de filiados, a qual conseguira bloquear a reforma que o  
900 Presidente Bush pretendia realizar na Previdência norte-americana por meio de uma  
901 campanha de marketing que apresentava um comercial na televisão, no qual uma  
902 senhora chamava um serviço de desentupimento para consertar o cano da pia da  
903 cozinha. Então o atendente dizia que não havia conserto e que teria que arrebentar  
904 toda a casa. E, enquanto aquela senhora se encontrava perto da pia da cozinha, um  
905 caminhão derrubava toda a sala da sua casa. No final daquele comercial, aparecia o  
906 seguinte slogan: “*Mr. Bush. Social Security. Don’t destroy it. Fix it!*”, o que, traduzindo-  
907 se, significava: “Seguridade Social. Não a destrua; conserte-a!” Portanto, segundo o  
908 Sr. Presidente, seria aconselhável enfrentar a discussão que estava sendo aventada  
909 com a idéia de que não se deveria destruir a casa, e sim consertá-la. O Conselheiro  
910 Guilherme Delgado informou que editava uma análise da conjuntura semestral sobre  
911 previdência e seguridade e que sempre lhe perguntavam a respeito da previdência  
912 complementar pública e sua regulamentação, razão pela qual solicitou ao Sr.  
913 Presidente que o assunto fosse esclarecido na próxima reunião, uma vez que a  
914 Emenda à Constituição nº 41 fora feita às pressas em nome da implantação desse  
915 sistema, mas a sua regulamentação estaria parada até hoje. O Sr. Presidente  
916 respondeu que aquele tema não deveria ser discutido no CNPS, e sim no Conselho de  
917 Gestão da Previdência Complementar, e esclareceu que o projeto de regulamentação  
918 fora analisado internamente no Governo, mas, devido à conjuntura política atual, não  
919 seria aconselhável enviá-lo para a discussão, lembrando que, quando da votação,  
920 algumas emendas apresentadas acabavam por desfigurar tecnicamente o projeto  
921 original. Informou que a Secretaria de Previdência Social, a pedido da Secretaria de  
922 Orçamento Federal, estava fazendo nesse momento uma avaliação dos custos de  
923 transição e dos custos administrativos daquele projeto, por contar com a base de  
924 dados dos servidores públicos e com o modelo de projeção atuarial. A Conselheira  
925 Lúcia Regina Reis argumentou que os servidores públicos não contavam com um  
926 espaço para debater a questão previdenciária atinente ao seu setor e que qualquer  
927 planejamento em termos de fundos de previdência para o setor público teria  
928 repercussão sobre o sistema previdenciário como um todo. Reiterou a solicitação feita  
929 pelo Conselheiro Guilherme Delgado, acrescentando que seria interessante conhecer  
930 um pouco do que estava sendo pensado para o setor público, assim como o Conselho  
931 teve ciência do que estaria ocorrendo no Chile e na Argentina, porque o assunto faria  
932 parte de um debate mais amplo sobre a Previdência Social. O Sr. Presidente, então,  
933 informou os pontos de pauta elencados, que seriam os informes sobre carreira,  
934 orçamento e crédito consignado, além de solicitar ao Sr. Leonardo Schettino que

935 complementasse os seus informes a respeito do *call center*. Acrescentou que, ao  
936 longo do mês de julho, o Grupo de Trabalho do Crédito Consignado seria convocado  
937 para realizar uma discussão preliminar sobre o que teria ocorrido em relação ao  
938 crédito consignado durante os dois meses subseqüentes à última reunião. Por fim,  
939 lembrou aos Conselheiros que a próxima reunião do CNPS se realizaria no dia 26 de  
940 julho, a última quarta-feira daquele mês.

941

942

943 **VII – ENCERRAMENTO**

944 Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos, desejando-lhes um  
945 excelente retorno para casa, e declarou encerrada a 122ª Reunião Ordinária do  
946 Conselho Nacional de Previdência Social. Para constar, eu, \_\_\_\_\_, lavrei a presente  
947 Ata. Brasília, 28 de junho de 2006.